

CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA ORAL. A QUESTÃO DA FOME NO ESTADO NOVO

MARIA ALICE SAMARA • RAQUEL PEREIRA HENRIQUES

Este artigo tem por base uma investigação anterior e, simultaneamente, um projeto já iniciado,¹ refletindo o interesse partilhado em temas que se podem classificar no âmbito da história dos quotidianos, histórias de vida, das vidas ditas *comuns*, equacionando persistências e transformações. Consideramos que, pesem embora dificuldades e desafios específicos, a história oral se constitui como central para trabalhar estas temáticas e que o seu contributo é essencial para um conhecimento mais denso.

Quando estávamos a estabelecer os eixos para o trabalho *Viver e Resistir no tempo de Salazar. Histórias de vida contadas na 1.ª pessoa*,² decidimos que, adicionalmente à ideia de resistência política e cultural, queríamos perceber outras questões do quotidiano, nomeadamente a forma como mulheres e homens resistiam às dificuldades económicas — o que implicava pensar também a questão da fome — durante o Estado Novo. A premissa era a de que este regime, defendendo as classes economicamente favorecidas, permitira, através da utilização de meios repressivos, a continuação da exploração do mundo do trabalho e da grande maioria das classes subalternas. Assim, desconstruindo o mito da *pobreza honrada* ou da vocação da pobreza desse país rural

1 Depois da investigação realizada, e que resultou na obra *Viver e Resistir no tempo de Salazar — Histórias de vida contadas na 1.ª pessoa* (2013) iniciámos entrevistas para um novo projeto também sobre a temática das condições de vida, embora agora de pessoas que não eram necessariamente pobres e que viviam numa casa rural, no norte de Portugal. O objetivo é partir dessa casa para refletir sobre os quotidianos.

2 Maria Alice Samara e Raquel Pereira Henriques, *Viver e resistir no tempo de Salazar. Histórias de vida contadas na 1.ª pessoa* (Lisboa: Verso da Kapa, Edição de Livros, 2013).

que vivia habitualmente,³ pensámos em mostrar como as difíceis condições de vida dessas pessoas economicamente desfavorecidas eram exatamente o oposto da propaganda salazarista que erigia a pobreza como virtude. O país que chegou ao 25 de Abril de 1974 era, em larga medida, um país profundamente pobre e desigual, o que não implica a recusa da ideia de que existiu crescimento económico.⁴

Cruzando este eixo com a metodologia da história oral,⁵ procurámos *conhecer por dentro* algumas das realidades socioeconómicas do Estado Novo, realizando entrevistas (cotejadas com o recurso a fontes e bibliografia secundária) a pessoas de diferentes grupos sociais, oriundas quer do mundo urbano, quer do mundo rural (de diferentes zonas do país, sobretudo do Alentejo e da Beira).⁶ Assumiu-se, assim, a possibilidade de surpreender os diferentes tipos e graus de pobreza.

A ideia inicial foi partir do particular para o geral, dos espaços, dos gestos, das memórias, das experiências singulares, para depois os complementar com outros dados. Começámos na casa e a olhar para a casa. Queríamos perceber o que tem, como é constituída, o que não tem — esta é a maior diferença, sobretudo quando comparada com a generalidade das atuais residências. Pensemos no caso dos *Inquéritos à habitação rural* (publicados em 1943 e 1947, sob direção de Lima Basto e promovidos pela Universidade Técnica de Lisboa, com um último volume sobre a região sul que acabou por ser editado apenas em 2012)⁷

3 Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo,» *Análise Social* vol. XXXV (157) (2001): 1031-1054 (1035).

4 Manuela Silva, «Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74),» *Análise Social* vol. XVIII (72-73-74) (1982): 1077-1086.

5 Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The oral history reader* (Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003).

6 Utilizámos o testemunho de 16 pessoas, 6 homens e 10 mulheres, tendo havido outras que igualmente aceitaram colaborar, que nos forneceram diversas informações que corroboraram relatos, mas que solicitaram o anonimato. Dos 16 entrevistados há camponeses muito pobres, operários igualmente pobres, professores, domésticas, historiadores, políticos. O mais velho tinha na altura 94 anos (Mário Lopes Adrião), a mais velha 92 anos (Aurélia Dias), outras duas senhoras, camponesas, tinham então 90 anos e a mais nova, filha de uma família lisboeta de políticos e aristocratas, tinha 52 anos.

7 Henrique de Barros (dir.), *Inquérito à Habitação Rural*, 2.º volume — *A habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1947).

onde, a propósito dos lençóis que um morador possuía, se faz a observação de que iriam ser utilizados como mortalha, tal como as toalhas, de linho, guardadas para cumprir o mesmo desígnio. Não basta então perceber a questão da posse de determinados objetos, já que temos que equacioná-la com o seu uso ou função, mas igualmente com o valor simbólico atribuído pela comunidade ou por aquela família.

Começámos pela casa e depois o olhar recaiu sobre o corpo, temas difíceis de abordar. A partir do momento em que a barreira foi ultrapassada, fomos reconstruindo alguns quotidianos a partir do interior para o exterior, para a rua, para o trabalho, para a festa, e depois para o mundo, nesse movimento do particular para o geral.

A metodologia da história oral permitiu-nos perceber a história da família ou da comunidade, relacionar a casa com a aldeia, com uma dupla vantagem: olhar por dentro, saber como as pessoas sentiam fisicamente a fome, as mudanças fisiológicas provocadas pela fome mas, também, a memória — com as devidas precauções metodológicas — dessa fome ou, melhor dizendo, das fomes, e que percepção tinham, entretanto, da forma como se foram alterando as suas condições de vida.

AS ENTREVISTAS:

«MAS VOCÊS QUEREM SABER ISTO PARA QUÊ?»

Se aqueles que nunca foram os sujeitos da história têm algumas dúvidas ou receios em dar o seu testemunho, o território do quotidiano, da casa, do privado e do corpo é ainda mais difícil de investigar. Há duas ordens de razões que constatámos nas nossas pesquisas e que podem contribuir para a discussão sobre as fontes e metodologia de trabalho relativas à fome e à pobreza. Em primeiro lugar, e num primeiro momento, é difícil ultrapassar a ideia, patente nos próprios entrevistados, de que os seus quotidianos não têm importância e que portanto não podem constituir-se como objeto de estudo. Esta dificuldade era substancialmente maior quando as questões eram colocadas a pessoas que tinham experimentado situações de carência: não percebiam por que queríamos saber quantos lençóis tinham, ou se os tinham (a sua posse era um privilégio), que roupa e que calçado havia, que louças

existiam na casa, se comiam todos de uma mesma gamela ou não, se havia garfos ou apenas colheres e facas. As pessoas estranhavam e perguntavam-nos, «mas vocês querem saber isto para quê?» A seguir diziam: «é que eu nunca contei nada disto, nem aos meus filhos».

Em muitos casos, estas entrevistas tornaram-se emotivas, sobretudo com o rememorar de pormenores muito duros das suas vidas, e deparámo-nos com dois obstáculos: o dos quotidianos — normalmente afastados de uma história de recorte mais tradicional — e o da voz das classes subalternas. Assim, é preciso questionar a narrativa centrada no evento e ultrapassar a ideia de que o dia-a-dia, com a sua regularidade, sem acontecimentos singulares, é desinteressante do ponto de vista da construção historiográfica.

Em segundo lugar, há uma outra dificuldade para uma descrição densa, que se prende com a ideia de «normal», de «usual para a altura», de «comum», ou seja, no processo de rememoração, tendo tão presente a vida do dia-a-dia, a explicação não se detém em muitos pormenores. Há perguntas que, num primeiro momento, causam muita estranheza à pessoa entrevistada, quando solicitamos que explicita uma expressão ou uma prática, como, por exemplo, o significado de «tender a massa». Mas estas ajudam o entrevistador e o entrevistado e contribuem para o fluir da conversa. «*A gente tinha tudo*» obrigou-nos a pensar sobre aquelas condições de vida, sobre o que é a pobreza, sobre o que é a fome. Em muitos casos, foi assim necessário pedir uma explicitação de algumas das descrições, para que estas se tornassem mais detalhadas, já que, mesmo que nós conhecêssemos a realidade descrita, assumia-se a vontade de registar todos os pormenores. Exemplificando: se numa descrição de uma casa no Alentejo do final dos anos 30 do século XX se utilizava a ideia de que «*tínhamos tudo o que era normal*», não havendo o conhecimento partilhado daquela comunidade, não sabíamos aferir o que era aquela «normalidade». Com o pedido de uma descrição mais densa, conseguimos perceber o que na altura, e para esta pessoa e comunidade, era o conceito partilhado do que era usual existir numa casa, porque comum a um certo grupo.

Tentar aprofundar obrigava a diferentes dias para a entrevista e a novos questionamentos: «Então se não tinham lençóis, tinham o quê?» «*Era como toda a gente*». «Mas como se tapavam?» «*Com man-*

tas de fitas». «Então e a vossa casa, como era? Tinha forro?» Umas tinham, a maior parte não tinha (*Arquitectura Popular em Portugal*, 1961).⁸ Se havia vidros, se havia portadas, como faziam para ir buscar água, como faziam para tratar da roupa, como faziam para lavar essa roupa, para eventualmente passa-la, como faziam quando havia uma festa. Estas informações não são obtidas todas ao mesmo tempo, é preciso ganhar a confiança da pessoa e fazer as perguntas certas — o que não é fácil, porque é preciso conhecer algumas vivências e compreender as descrições que são feitas.

Estas pessoas também percebiam que, após o 25 de Abril de 1974, as mudanças lhes trouxeram um nível de vida inquestionavelmente melhor do que tinham tido, sobretudo ao nível dos apoios sociais. Um dos maiores obstáculos foi falar sobre problemas de saúde ou sobre familiares doentes a quem os entrevistados não tinham podido ajudar; neste sentido, falar sobre um passado traumático acabou por ser mais fácil na medida em que os entrevistados fizeram um processo de mobilidade social ascendente. Se tivesse sido ao contrário, teríamos provavelmente tido mais dificuldade em obter o relato e, apesar de estarmos a viver em plena crise económica quando recolhemos os diversos testemunhos (a crise de 2008 e os seus efeitos em Portugal nos anos seguintes), o facto de se estarem a revalorizar alguns destes saberes tradicionais ligados ao poupar contribuiu para que os entrevistados tivessem tido alguma facilidade em contar as suas vidas.

FOME, QUE FOME?

Se se reconhecem as dificuldades específicas em relação às entrevistas — talvez melhor falar de conversas —, é igualmente necessário perceber que os conceitos de dificuldades económicas, de pobreza ou de fome não são de definição simples, variando consoante as vivências ou os contextos históricos, assumindo ainda que existem as diferentes formas de pensar estes conceitos, do ponto de vista social, político ou cultural.

8 *Arquitectura Popular em Portugal*. Vol I (Lisboa: Edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961).

A fome que procurámos conhecer tem um contexto muito específico. Não é, por exemplo, aquela de que nos fala Susan Bordo,⁹ da fome como ideologia, do mundo capitalista ocidental, da fome que a mulher branca impõe a si própria, no seu corpo, com uma restrição de calorias. Com base na experiência singular (mas ultrapassando a subjetividade), procurámos perceber um contexto coletivo mais lato, no qual, pelos padrões atuais, a ingestão de nutrientes era deficitária ou havia mesmo subnutrição,¹⁰ coisa que era comumente reconhecida pelos entrevistados.

Através das nossas conversas, procurámos conhecer de que fome nos falavam, e qual o peso da mesma. Percebemos que a fome tida em criança deixa marcas muito profundas, independentemente do local ou do tipo de família, e procurámos encontrar pontos comuns entre comunidades em diferentes pontos do território. O nosso ponto de partida foi uma constatação simples, a de que havia uma ambivalência de sentimentos relativamente aos gatos, na medida em que estes animais hábeis, capazes de várias proezas para se alimentarem, roubavam muitas vezes a comida, a refeição diária, a metade da sardinha que se colocava no pão.

Meia sardinha no pão: a medida da fome no Alentejo e em muitos outros locais, dizemos nós — ideia que não é, no entanto, inteiramente correta. Foi a nossa própria experiência que nos levou a considerar que, se alguém divide uma sardinha, então passará fome, mas quem contou a história não tinha essa percepção. Achava que não passava fome, até porque a família tinha uma pequena porção de terra, o que lhe permitia acesso à produção de bens alimentares.

A posse de uma terra para cultivar era, de facto, um bem inquestionável, desde que houvesse braços saudáveis para todo o trabalho exigido, porque ficou também muito evidente a vulnerabilidade destas pessoas, no sentido em que dependiam exclusivamente da sua força de trabalho, do tipo de terra que trabalhavam, das condições atmosféricas. Colocar o pão na mesa era para estas pessoas uma tarefa árdua

9 Susan Bordo, «Hunger as Ideology. The woman who doesn't eat much,» in *Ways of Reading: an anthology for writers*, ed. David Bartholomae e Anthony Petrosky, 6.^a ed. (Boston: Bedford/St. Martin's, 2002), 138-174.

10 Assumindo a complexidade de se discutir a forma «científica» de pensar esta questão (James Vernon, *Hunger: a modern history*, Harvard University Press, 2007).

e com resultados que oscilavam de ano para ano; por vezes, com sorte, comiam duas vezes por dia. Alimentavam-se fundamentalmente de sopa que, por vezes — mas nem sempre — era enriquecida e temperada com toucinho, acompanhada pelo pão ou pela broa, algum queijo, alguma fruta, consoante a região. A carne era consumida em porções muito reduzidas. Se pensarmos que muitas famílias tinham porcos a meias — ou seja, uma família comprava o animal, pequenino, a outra alimentava-o, e o porco adulto era dividido — esse meio porco poderia constituir a única carne consumida durante um ano.

Foram estas famílias que disseram «ah, o não sei quantos, [fulano de tal...] era muito pior», «esse vinha cá pedir-nos», percebendo-se que em todas as aldeias há histórias dessas, de famílias que ainda conseguiam dar um bocadinho do seu pão, da sua broa, ou da côdea da broa, ou o talo da couve. Estamos a referir-nos a famílias que conseguiam trabalhar, que tinham crianças que de pequeninas andavam em determinadas zonas em busca de minério, a fazer cavadas no monte onde acumulavam raízes de arbustos para fazer carvão, que guardavam o gado, bem como uma série de outros trabalhos que conseguiam fazer. Porque todas estas dificuldades aumentavam muito se morria um dos adultos, um dos pais sobretudo.

Se pensarmos que isto se prolongou no tempo e durante tantas décadas, é necessário repensar o mito da pobreza honrada que foi tão propagado, num tempo já longínquo mas ainda próximo. Afinal, dividir uma sardinha para dois ou para três não era estranho e, além do mais, as pessoas que o faziam não pensavam em si próprias como pobres. Existiam diferentes formas de se pensar em escalas de hierarquia social e numa memória, à posteriori, aceita-se que uma família era humilde, e não pobre, porque tinha as suas galinhas, os seus coelhos... A fome não é entendida de forma igual para as pessoas no seio de uma comunidade, e portanto exige uma análise diacrónica e contextual.

A propósito de outro animal, a galinha, podemos ainda partir das histórias que nos contaram para analisar as questões relacionadas com o consumo e a fome. Sabemos que as galinhas eram um privilégio: um dos testemunhos, filho de caseiros, só teve galinhas quando melhorou a sua condição. Explicou-nos que as galinhas comiam muito milho e couves, e «nós não nos podíamos dar ao luxo de ter galinhas». Curiosamente,

mesmo as pessoas que conseguiam criá-las só as matavam quando havia uma doença, um parto, e os ovos não eram consumidos pelos próprios porque eram das poucas coisas que conseguiam vender para obter algum dinheiro, tal como a resina (cuja venda viria a ser muito importante na Beira a partir dos anos 40).

A fome, cremos, não é só privação de alimentos, mas também os efeitos e a memória da mesma. Deixa marcas no corpo, uma fragilidade física que pode ser maior ou menor, mas que tem outro tipo de marcas na memória, na cultura, na literatura, nas canções, que são importantes para se perceber a sua dimensão coletiva.

Estas pessoas conservam memórias de tempos de fome diferentes — viveram durante a sua infância ou na maior parte da sua infância com uma alimentação carenciada, como já vimos, com poucas proteínas, tendo por base a sopa, de couves ou até de urtigas, em caso de necessidade. Mas as pessoas têm também memórias de tempos de fome, como o pós-guerra, recordando por vezes períodos históricos que não viveram, mas de que ouviram relatos e que ficaram muito presentes.

Todas as histórias que fomos recolhendo são um conjunto de vozes singulares e, nesse sentido, todas únicas. No entanto, é possível chegar à saturação e construir um sentido, encontrando algo comum aos diversos relatos.

Ao mesmo tempo, isto também nos obriga a refletir sobre o conceito e o contexto, e a pensar sobre o modo como avaliamos estas condições de vida, sobre a diferença consoante a evolução do tempo histórico.

De acordo com a densidade de informação — que nos levou a repensar algumas das nossas ideias iniciais — defendemos que a história oral se constitui como uma metodologia fundamental para perceber as condições de vida das populações, as suas formas de pensar essas mesmas condições, enfim, de recuperar a sua voz. De igual modo, já o sabemos, a história oral permite trabalhar as memórias desses tempos e, neste caso específico, da fome, no que pode ter de memória coletiva e não apenas singular.

Palavras-chave:

História Oral; Entrevistas; Memória; Estado Novo;
Mito da pobreza honrada; Quotidianos.